

PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS  
DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 93 DO CSM PF, DE 04 / 09 /2007

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. a) Constitucionalismo: histórico. Modelos e ciclos constitucionais. Constitucionalismo principialista e neopositivismo.  
b) Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Competências do Senado e da Câmara. Legislativo e soberania popular. A crise da representação política.  
c) Ministério Público: História e princípios constitucionais. A tarefa de custos constitutionis: legitimidade e limitações.
2. a) Constituição: concepções. Classificação. Supremacia. Liberalismo e libertarianismo.  
b) Poder Executivo. Histórico. Presidencialismo e Parlamentarismo. Ministros de Estado. Direito comparado. A supremacia fáctica do poder presidencial no Brasil.  
c) Distrito Federal. Territórios Federais. Origens e evolução dos direitos fundamentais.
3. a) Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro.  
b) Poder Judiciário. História e características da independência do Judiciário. Organização. Judiciário e direitos fundamentais.  
c) Estado-membro. Competência. Autonomia. Bens. Ministério Público como guardião do princípio federativo.
4. a) Direitos sociais: enunciação, garantias e efetividade. Princípio do não-retrocesso. Constitucionalismo dirigente.  
b) Presidente da República: estatuto. Competências. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. O presidencialismo imperial.  
c) União. Competência. Bens da União. Federalismo fiscal. Judiciário e Federação.
5. a) Mudanças e permanência constitucionais. Poder Constituinte originário e Poder Constituinte derivado. Limitações expressas e implícitas ao poder de reforma constitucional. Experiência histórica.  
b) Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Jurisdição constitucional.  
c) Município: criação, competência, autonomia. Convênios ou consórcios federativos: distinção, aplicação e crítica.
6. a) Estado Federal. Concepções. Classificações. Sistemas de repartição de competência. Direito comparado.  
b) Poder Judiciário: organização e competência. Normas constitucionais respeitantes à magistratura. Lei de Organização da Magistratura Nacional – LOMAN.  
c) Direitos e garantias fundamentais. Concepções. Críticas e justificativas. Aspectos. Dimensões. Eficácia vertical e horizontal. Limites e conflitos.

7.
  - a) Processo legislativo: objeto, ritos e peculiaridades. O devido processo legislativo. Questões políticas. Atos *interna corporis*.
  - b) Garantias institucionais. Garantias de instituição. Crises constitucionais. Estado de defesa e estado de sítio.
  - c) Justiça Comum Federal: organização e competência.
8.
  - a) Estado-membro. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações.
  - b) Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Integridade normativa da ordem jurídica federal.
  - c) Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.
9.
  - a) Ordem social: comunicação social. Direitos políticos: esfera pública e discursividade.
  - b) O direito internacional dos direitos humanos. A incorporação do direito internacional dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.
  - c) Segurança Pública. Comunitarismo. História dos direitos fundamentais no Brasil
10.
  - a) Hermenêutica Constitucional: concepções, evolução e princípios. Juízo de ponderação. Juízo de adequabilidade. Proporcionalidade e razoabilidade. Reserva do possível.
  - b) Pactos e Convenções no âmbito da ONU e da OEA. A jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
  - c) Municípios. Regiões metropolitanas. Intervenção federal nos Estados e intervenção estadual nos Municípios.
11.
  - a) Normas constitucionais: Noções ônticas e classificação. Princípios e regras. Valores constitucionais.
  - b) Administração Pública: princípios constitucionais. A Administração Pública dialógica.
  - c) Sistema internacional de organismos de promoção e proteção de direitos humanos. Sistema interamericano.
12.
  - a) Controle de constitucionalidade: evolução histórica do sistema brasileiro. Legitimidade.
  - b) Nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro. Refugiados. Os direitos humanos e controle da imigração.
  - c) Servidores públicos: princípios constitucionais.
13.
  - a) Disposições constitucionais transitórias: conceitos e limites. Recepção. Inconstitucionalidade superveniente.
  - b) Regime constitucional da propriedade: função socioambiental. Direito adquirido, expectativa de direito e mudanças sociais.
  - c) Princípio da isonomia. Ações afirmativas. O pluralismo. A aplicabilidade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
14.
  - a) Federação brasileira: histórico, características, discriminação de competência na Constituição de 1988.
  - b) Previdência social e assistência social: configuração constitucional e infraconstitucional. A seguridade social como mecanismo de igualdade social e como problema orçamentário.
  - c) A República: perspectiva histórica e concepções. Republicanismo.

15. a) Políticas Públicas. Política urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária. Ministério Público, Judiciário e políticas públicas.  
b) Direito à saúde: configuração constitucional e infraconstitucional.  
c) Imunidades e incompatibilidades parlamentares. Direito comparado.
16. a) Direito à educação: configuração constitucional e infraconstitucional.  
b) Princípios constitucionais do trabalho. Ciência e tecnologia. Democracia e sociedade de risco.  
c) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
17. a) Configuração constitucional e infraconstitucional da proteção à família, a criança, ao adolescente e ao idoso.  
b) Política Nacional de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos.  
c) Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
18. a) Estado Democrático de Direito: fundamentos teóricos e constitucionais. Constitucionalismo e democracia.  
b) Direitos das pessoas portadoras de deficiência: configuração constitucional e infraconstitucional.  
c) Ação Declaratória de constitucionalidade.
19. a) As funções essenciais à Justiça: Advocacia privada e pública. Representação judicial e consultoria jurídica da União, dos Estados e do Distrito Federal. A Defensoria Pública.  
b) Direitos e interesses das comunidades indígenas e das remanescentes de quilombos. Comunidades tradicionais. Papel do Ministério Público na defesa das minorias.  
c) Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta e Mandado de Injunção.
20. a) Divisão e organização dos Poderes: história, concepções, dimensões. Mecanismos de freios e contrapesos.  
b) Estatuto constitucional dos agentes políticos. Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade. Controle social, político e jurisdicional.  
c) Índios. Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação de terras indígenas. Usufruto.
21. a) Conselho Nacional do Ministério Público. História, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional. Legitimidade e críticas.  
b) Violação de Direitos Humanos e tratados Internacionais. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.  
c) Súmula vinculante. Legitimidade e críticas. Mecanismos de distinção (*distinguishing*).

22. a) Conselho Nacional de Justiça. História, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional.
- b) Controle Difuso de Constitucionalidade. História. Direito comparado. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
- c) Recurso Extraordinário. Arguição de repercussão geral das questões constitucionais.

## DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

1. a) Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo.
  - b) Atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).
  - c) Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; aforamento de bens; cessão de uso.
2. a) Proteção da fauna e da flora.
  - b) Classificação dos atos administrativos. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais.
  - c) Limitações administrativas. Ocupação temporária. Requisição. Servidão. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
3. a) Funções (atividades) administrativas. Função consultiva. Função de regulação. Função de controle. Função de fomento.
  - b) Vícios ou defeitos dos atos administrativos. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
  - c) Desenvolvimento sustentável. Aquecimento global. Normas internacionais em tema ambiental. Reparação do dano ecológico.
4. a) Princípios de Direito Ambiental.
  - b) Teoria dos motivos determinantes. Teoria do desvio de poder.
  - c) Licitação. Princípios. Modalidades. Dispensa e inexigibilidade de licitação.
5. a) As competências ambientais na federação brasileira.
  - b) Revogação, anulação, cassação e convalidação do ato administrativo.
  - c) Desconcentração e descentralização administrativa. Privatização.
6. a) Personalidade de Direito Público. Pessoa administrativa. Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública. Consórcios públicos. Outros entes.
  - b) Contratos administrativos.
  - c) Desapropriação. Espécies. Indenização. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação indireta.
7. a) Teoria do órgão. Representação judicial das pessoas de Direito Público.
  - b) Administração Pública direta. A estrutura da Administração Pública federal.
  - c) Licitação: procedimento, fases, revogação e anulação. Controle administrativo e jurisdicional.

8.
  - a) Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo.
  - b) Execução do contrato administrativo. Alteração unilateral. Teoria do fato do príncipe. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro.
  - c) Controle interno e externo da Administração Pública. *Ombudsman*. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.
  
9.
  - a) Ordenamento urbano. Estatuto das Cidades.
  - b) Extinção do contrato administrativo. Adimplemento e inadimplemento.
  - c) Controle jurisdicional da Administração Pública. Sistemas. A teoria da reserva do possível.
  
10.
  - a) Sistema nacional de unidades de conservação da natureza.
  - b) Convênios e consórcios administrativos. Contratos de gestão.
  - c) Estatuto do Ministério Público Federal.
  
11.
  - a) Hierarquia. Delegação e avocação de competências.
  - b) Princípio da legalidade na Administração Pública. Poder regulamentar. Espécies de regulamento. Controle sobre a atividade regulamentar.
  - c) Sujeitos na improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).
  
12.
  - a) Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Elementos do ato administrativo.
  - b) Poder de polícia administrativa. Poder de polícia e direitos fundamentais.
  - c) Responsabilidade patrimonial do Estado: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Responsabilidade fiscal.
  
13.
  - a) Setor público não-estatal. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.
  - b) Responsabilidades em matéria ambiental. Infrações e sanções.
  - c) Proteção da probidade administrativa. Instrumentos de atuação. As sanções na Lei 8.429/1992. Prescrição.
  
14.
  - a) Agências executivas e agências reguladoras. Ordens e conselhos profissionais. Serviços sociais autônomos. Fundações de apoio.
  - b) Serviço público. Conceito. Classificação. Regime jurídico. O usuário do serviço público.
  - c) Agentes públicos. Servidor e funcionário público. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos. Funcionário efetivo e vitalício. Garantias. Estágio probatório. Cargo em comissão. Agente de fato. Aposentadoria do servidor público.
  
15.
  - a) Parcerias público-privadas.
  - b) Concessão de serviço público. Natureza jurídica e conceito. Regime financeiro.
  - c) Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.
  
16.
  - a) Proteção do patrimônio cultural. Tombamento. Inventários e registros. Outras formas de acautelamento e preservação.
  - b) Extinção da concessão de serviço público. Reversão dos bens. Permissão e autorização.
  - c) Direitos, deveres e responsabilidades do servidor público.

17.
  - a) A Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Administração Pública e governo.
  - b) Bens públicos. Classificação. Natureza jurídica do domínio público.
  - c) Populações tradicionais. Acesso ao território e garantias territoriais. Engenharia genética; diversidade biológica; patrimônio genético; proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado.
18.
  - a) Validade, vigência e eficácia do ato administrativo. Auto-executoriedade do ato administrativo.
  - b) Recursos hídricos. Regime jurídico das águas. Domínio público aéreo.
  - c) Provimento e vacância dos cargos públicos.
19.
  - a) A ética na Administração Pública. Dever de transparência e de informação.
  - b) Domínio público terrestre. Evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil. Faixa de fronteira. Vias públicas.
  - c) Processo e procedimento administrativo. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.
20.
  - a) Servidor público: regime disciplinar e processo administrativo disciplinar. Responsabilidade administrativa.
  - b) Domínio público do subsolo. Recursos minerais. Potenciais de energia hidráulica.
  - c) Licenciamento ambiental. Estudo de impacto ambiental. Audiências públicas.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1.
  - a) Competência tributária.
  - b) Obrigação tributária.
  - c) Direito Financeiro: Conceito e objeto.
2.
  - a) Conflitos de competência tributária.
  - b) Fato gerador.
  - c) Contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
3.
  - a) Receitas públicas: conceito e classificação.
  - b) Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária.
  - c) Processo tributário administrativo.
4.
  - a) Princípio da legalidade.
  - b) Responsabilidade tributária.
  - c) Empréstimo Compulsório.
5.
  - a) Princípio da anterioridade.
  - b) Despesas públicas: conceito e espécies.
  - c) Contribuições sociais.
6.
  - a) Princípios da igualdade, da uniformidade e da capacidade contributiva.
  - b) Interpretação das normas gerais de orçamento.

- c) Contribuição de Melhoria.
7.
    - a) Normas gerais de Direito Tributário.
    - b) Orçamento. Conceito. Proposta orçamentária. Exercício financeiro. Restos a pagar.
    - c) Taxa.
  8.
    - a) Imunidade tributária recíproca.
    - b) Fiscalização e controle da execução orçamentária e financeira. O Tribunal de Contas no Brasil e suas atribuições.
    - c) Imposto.
  9.
    - a) Imunidade tributária recíproca: autarquias e empresas públicas.
    - b) Lançamento.
    - c) Fiscalização tributária. A organização da Receita Federal.
  10.
    - a) Imunidade tributária de partidos políticos e entidades sindicais.
    - b) Suspensão do crédito tributário.
    - c) Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança.
  11.
    - a) Imunidade tributária de instituições de educação e de assistência social.
    - b) Extinção do crédito tributário: modalidades.
    - c) Crédito público: conceito e classificação.
  12.
    - a) Imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e de papel para impressão.
    - b) Extinção do crédito tributário: pagamento.
    - c) Fundos. Instituição e funcionamento. Controle.
  13.
    - a) Repartição da receita tributária.
    - b) Decadência.
    - c) Impostos dos Municípios.
  14.
    - a) Tributo.
    - b) Prescrição.
    - c) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
  15.
    - a) Preços públicos.
    - b) Pagamento indevido.
    - c) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.
  16.
    - a) Pedágio.
    - b) Isenção e anistia.
    - c) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
  17.
    - a) Limitações ao poder de tributar decorrente do federalismo.
    - b) Garantias e privilégios do crédito tributário.
    - c) Imposto sobre produtos industrializados.
  18.
    - a) Fontes do Direito Tributário.

- b) Garantias e privilégios do crédito tributário: preferências.
  - c) Imposto sobre propriedade territorial rural.
- 19.
- a) Vigência e aplicação das leis tributárias.
  - b) Dívida ativa. Certidões negativas.
  - c) Imposto sobre operações financeiras. Contribuição provisória sobre movimentação financeira.
- 20.
- a) Interpretação e integração das leis tributárias.
  - b) Lei de responsabilidade fiscal: aplicação e inovações (LC nº 101/2000).
  - c) Impostos sobre importação e exportação.

## GRUPO II

### DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR

- 1.
- a) Direito econômico. Conceito. Objeto. Competência legislativa.
  - b) Ordem econômica: princípios constitucionais.
  - c) A livre concorrência.
- 2.
- a) Apropriação privada dos meios de produção.
  - b) Jazidas, em lavra ou não. Recursos minerais. Propriedade. Exploração e aproveitamento. Autorização e concessão. Limites. Interesse nacional.
  - c) Intervenção estatal no domínio econômico: competência.
- 3.
- a) O sistema do Código de Defesa do Consumidor.
  - b) Princípios especiais estabelecidos na Lei nº 8.078/90.
  - c) Consumidor: conceito e espécies.
- 4.
- a) Empresas estatais: prestadoras de serviços públicos. Regime jurídico.
  - b) Liberdade de iniciativa econômica. Limitações e condicionamentos.
  - c) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Natureza jurídica. Propósito, princípios e instrumentos. Solução de controvérsias entre Estados-Partes.
- 5.
- a) A proteção à saúde e à segurança do consumidor.
  - b) A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto.
  - c) A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo.
- 6.
- a) Atuação estatal na economia em regime de monopólio.
  - b) Empresas estatais exploradoras de atividade econômica: regime jurídico.
  - c) Abuso do poder econômico: eliminação de concorrência.
- 7.
- a) Abuso do poder econômico: prevenção. Procedimentos administrativos.
  - b) Fusão, Incorporação, integração e outras formas de concentração de empresas. Limites. Requisitos.
  - c) Abuso do poder econômico: domínio de mercados.
- 8.
- a) Abuso do poder econômico: instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos. Lei antitruste. A atuação do Ministério Público Federal perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

- b) O liberalismo econômico e o Estado intervencionista.
  - c) Práticas comerciais restritivas: colusão ou acordo de cartelização. Cartéis internos.
9. a) O conceito de fornecedor.  
b) O direito do consumidor na prestação de serviços públicos.  
c) A responsabilidade solidária dos causadores do dano.
10. a) Abuso do poder econômico: aumento arbitrário de preços.  
b) O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica.  
c) Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes.

### DIREITO CIVIL

1. a) Da aplicação da lei no tempo e no espaço.  
b) Das obrigações quanto às suas modalidades.  
c) Da posse e dos interditos.
2. a) Da hermenêutica jurídica.  
b) Dos contratos.  
c) Da propriedade.
3. a) Das fontes do direito.  
b) Do mandato, da gestão de negócios e da representação.  
c) Do condomínio e da empreitada.
4. a) Dos bens.  
b) Da fiança, do depósito e da corretagem.  
c) Da alienação fiduciária em garantia e do contrato de transporte.
5. a) Das pessoas naturais. Dos direitos da personalidade. Da ausência.  
b) Da compra e venda e de suas cláusulas especiais.  
c) Dos legados e do inventário e partilha.
6. a) Dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos e dos negócios jurídicos.  
b) Da troca, da doação e do jogo e da aposta.  
c) Da superfície, da enfiteuse, das servidões, do uso e da habitação.
7. a) Da prescrição e da decadência, do enriquecimento ilícito e do pagamento indevido.  
b) Da locação, do mútuo e do comodato.  
c) Da relação de parentesco e dos alimentos.
8. a) Do seguro e da promessa de recompensa.  
b) Da cessão de crédito, das arras e da transação.  
c) Da sucessão hereditária e da herança jacente e vacante.
9. a) Dos defeitos dos atos jurídicos, sua nulidade e anulabilidade, da fraude a credores e da onerosidade contratual.  
b) Da cláusula penal e dos juros.

- c) Do testamento e da sucessão testamentária.
- 
- 10.
    - a) Das modalidades dos atos jurídicos, da evicção e dos vícios redibitórios.
    - b) Das obrigações por declaração unilateral de vontade. Liquidação das obrigações e correção monetária.
    - c) Da sociedade limitada e da sociedade anônima.
  - 11.
    - a) Dos atos ilícitos e sua reparação.
    - b) Da extinção das obrigações.
    - c) Do reconhecimento de filhos e da adoção. Convenção Internacional de Haia.
  - 12.
    - a) Das pessoas jurídicas. Das associações e das fundações.
    - b) Do penhor e da hipoteca.
    - c) Do poder familiar: conceito, exercício, suspensão e extinção.
  - 13.
    - a) Dos registros públicos.
    - b) Do estabelecimento.
    - c) Dos direitos de vizinhança.
  - 14.
    - a) Do casamento civil. Do casamento religioso com efeitos civis. Do concubinato. Da união estável.
    - b) Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades.
    - c) Do contrato estimatório, da prestação de serviços e da constituição de renda.
  - 15.
    - a) Do casamento de estrangeiros e no exterior.
    - b) Dos títulos de créditos.
    - c) Das sociedades dependentes de autorização oficial. Das sociedades simples.
  - 16.
    - a) Do casamento inexistente, nulo e anulável.
    - b) Da tutela e da curatela.
    - c) Da inseminação artificial. Da alteração de sexo. Da pesquisa científica em seres humanos.
  - 17.
    - a) Da forma e da prova dos atos jurídicos.
    - b) Do inadimplemento das obrigações e da responsabilidade contratual.
    - c) Da sonegação e das colações.
  - 18.
    - a) Dos efeitos jurídicos do casamento.
    - b) Da responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
    - c) Da responsabilidade do transportador aéreo.
  - 19.
    - a) Dos regimes de bens no casamento.
    - b) Da teoria da imprevisão, do caso fortuito e da força maior.
    - c) Da sucessão legítima.
  - 20.
    - a) Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugais.
    - b) Do concurso de credores.

- c) Da promessa de compra e venda, do direito real do promitente comprador e da anticrese.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.
  - a) Jurisdição: órgãos, princípios e limites. A Jurisdição no Estado Constitucional.
  - b) Procedimento comum e procedimentos especiais.
  - c) Execução de títulos extrajudiciais: conceito, espécies, pressupostos, partes, competência e procedimento.
2.
  - a) Ação: conceito e natureza jurídica. Condições e elementos da ação. Direito de ação na perspectiva constitucional. Direito à adequada tutela jurisdicional.
  - b) Audiência de instrução e julgamento.
  - c) Mandado de Injunção. *Habeas data*. Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
3.
  - a) Processo: conceito e natureza jurídica. O Processo no Estado Constitucional.
  - b) Sentença. Liquidação e cumprimento da sentença e de outros títulos judiciais.
  - c) Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.
4.
  - a) Partes. Capacidade. Legitimação. Substituição processual.
  - b) Prova. Ônus da prova e convicção judicial. Prova Ilícita.
  - c) Liquidação e cumprimento de ações coletivas.
5.
  - a) Litisconsórcio. Assistência. Intervenção anômala.
  - b) Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito.
  - c) Embargos de declaração. Embargos Infringentes. Embargos de Divergência.
6.
  - a) Petição inicial: função e conteúdo; vícios e inadmissibilidade da demanda; cumulação de pedidos. Julgamento de processos repetitivos.
  - b) Ação popular.
  - c) Recurso Extraordinário. Repercussão Geral.
7.
  - a) Formação, suspensão e extinção do processo.
  - b) Ação de desapropriação.
  - c) A instrumentalidade do processo. O processo civil na dimensão dos direitos fundamentais. Princípios constitucionais do processo.
8.
  - a) Comunicação processual. Prazos. Teoria das invalidades processuais.
  - b) Recurso Especial.
  - c) Ação cível originária nos tribunais. Reclamação. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
9.
  - a) Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis.
  - b) Provas em espécie. Procedimento probatório.
  - c) Ação de improbidade administrativa.

10.
  - a) Intervenção de terceiros. Sujeitos auxiliares do processo.
  - b) Teoria Geral dos recursos. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Pressupostos recursais.
  - c) Execução por quantia certa contra devedor solvente.
  
11.
  - a) Ação Declaratória Incidental.
  - b) Processo cautelar. Medidas cautelares específicas. Tutela inibitória.
  - c) Embargos do Devedor. Impugnação ao cumprimento de sentença. Responsabilidade patrimonial e fraudes do devedor.
  
12.
  - a) Atos processuais. Despesas processuais. Honorários. Processo eletrônico
  - b) Ações possessórias.
  - c) Execução da sentença que impõe entrega de coisa. Execução da sentença que impõe fazer e não fazer. Tutela específica dos direitos. Execução de títulos extrajudiciais que impõem a entrega de coisa, prestação de fazer ou de não fazer.
  
13.
  - a) O direito fundamental de defesa. Devido processo legal. Cognição judicial. Convicção judicial e motivação das decisões.
  - b) Ação de alimentos e convenções internacionais. Execução de alimentos.
  - c) Tutela antecipatória contra o perigo de dano e contra o abuso de direito de defesa. Regime da antecipação de tutela.
  
14.
  - a) Ação discriminatória, de divisão e de demarcação.
  - b) Mandado de segurança individual e coletivo.
  - c) Apelação. Recurso ordinário constitucional.
  
15.
  - a) Arguição incidental de inconstitucionalidade. Aspectos processuais das súmulas vinculantes e das súmulas impeditivas de recurso.
  - b) Ação rescisória. Ação declaratória de inexistência de ato processual. *Querela nullitatis*.
  - c) Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Ação monitoria.
  
16.
  - a) Sentenças e tutelas jurisdicionais dos direitos. Espécies. Ações declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva.
  - b) Julgamento conforme o estado do processo. Tutela da parte incontroversa da demanda.
  - c) Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.
  
17.
  - a) Ação de usucapião. Aspectos processuais da Lei do CADE. Aspectos processuais do Estatuto de Idoso.
  - b) Embargos de terceiro.
  - c) Teoria geral do processo coletivo. Direitos e interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Inquérito civil público. Termo de ajustamento de conduta.
  
18.
  - a) O Ministério Público no processo civil.
  - b) Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.
  - c) Competência interna: classificação, divisão e modificação. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Tratados e convenções para cumprimento de decisões estrangeiras no Brasil.

19.
  - a) Coisa julgada e preclusão.
  - b) Procedimento das ações coletivas. Competência para ações coletivas. Coisa julgada e litispendência em ações coletivas.
  - c) Incidentes de uniformização de jurisprudência e de inconstitucionalidade. Incidente de deslocamento de competência. Julgamento monocrático dos recursos pelos relatores.
20.
  - a) Tutela específica dos direitos difusos e coletivos.
  - b) Agravo retido e por instrumento. Agravo regimental. Agravo Interno.
  - c) Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal.

### GRUPO III

#### DIREITO ELEITORAL

1. AQUISIÇÃO DA CIDADANIA
  - a) Alistamento eleitoral e voto.
  - b) Domicílio eleitoral. Conceito, transferência e prazos.
  - c) Perda ou suspensão dos direitos políticos.
2. O SUFRÁGIO UNIVERSAL
  - a) Voto universal, direto e secreto.
  - b) Nacionalidade e Cidadania. Direitos políticos. Cargos privativos de brasileiro nato.
  - c) Plebiscito e referendo. Iniciativa popular.
3. DA ORGANIZAÇÃO DO ELEITORADO
  - a) Seções, zonas e circunscrições eleitorais.
  - b) Fraude no alistamento eleitoral e revisão do eleitorado.
  - c) Votação. Voto eletrônico. Mesas receptoras. Fiscalização.
4. JUSTIÇA ELEITORAL
  - a) Jurisdição e competência. Peculiaridades da Justiça Eleitoral. Consultas, instruções, administração e contencioso.
  - b) Juntas, Juizes e Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral.
  - c) Recursos eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo.
5. INELEGIBILIDADE
  - a) Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.
  - b) Condições de elegibilidade.
  - c) Registros de candidaturas. Impugnação. Legitimidade.
6. PROPAGANDA ELEITORAL
  - a) Propaganda eleitoral em geral. Início. Bens públicos e bens particulares. Símbolos e imagens semelhantes a órgãos do governo.
  - b) Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Direito de resposta. Pesquisas e testes pré-eleitorais.
  - c) Propaganda eleitoral na imprensa e mediante *outdoors*. Comícios. Auto-falantes e distribuição de material de propaganda política. Distribuição proporcional de horários gratuitos pelos meios de comunicação audiovisuais.

7. ABUSOS DE PODER NO PROCESSO ELEITORAL
  - a) Abuso do Poder Econômico, Político e dos Meios de Comunicação Social. Representação à Justiça Eleitoral.
  - b) Recurso contra a Diplomação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.
  - c) Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais. Captação de sufrágio.
  
8. PARTIDOS POLÍTICOS
  - a) Partidos Políticos. Princípios constitucionais a serem observados na sua criação. Vedações.
  - b) Personalidade jurídica dos Partidos Políticos. Registro e funcionamento. Estatutos. Fundo Partidário.
  - c) Autonomia dos Partidos Políticos. Normas de fidelidade e disciplina partidárias.
  
9. CRIMES ELEITORAIS
  - a) Crimes eleitorais. Jurisdição e competência.
  - b) Natureza e tipicidade dos crimes eleitorais. Bem jurídico protegido. Código Eleitoral e legislação esparsa.
  - c) Ação penal. Propositura. Processo e julgamento. Recursos.
  
10. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
  - a) A função eleitoral do Ministério Público Federal. Procuradoria Regional Eleitoral. Ministério Público Estadual.
  - b) A atuação do Ministério Público Eleitoral junto à Justiça Eleitoral. Fiscalização, processos, ações e recursos. Legitimidade.
  - c) A ação penal pública pela prática de crimes eleitorais. Titularidade.

#### DIREITO PENAL

1.
  - a) Princípios básicos do Direito Penal.
  - b) Extinção da punibilidade.
  - c) Crimes contra a fé pública: moeda falsa.
  
2.
  - a) Aplicação da lei penal no tempo.
  - b) Perdão judicial. Escusa absolutória.
  - c) Crimes contra a administração pública praticados por funcionário público contra a administração em geral. Código Penal e leis específicas.
  
3.
  - a) Aplicação da lei penal no espaço.
  - b) Medidas de segurança no Código Penal e em leis especiais. Medidas sócio-educativas.
  - c) Crimes contra a administração pública praticados por particular contra a administração em geral. Código Penal e leis específicas.
  
4.
  - a) Aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções.
  - b) Efeitos da condenação no Código Penal e em leis especiais.
  - c) Crimes contra a administração da Justiça.
  
5.
  - a) Teoria da conduta.

- b) Tipo e tipicidade penal. Exclusão.
  - c) Crimes de maus-tratos, tortura e abuso de autoridade.
- 6.
- a) Relação de causalidade.
  - b) Ilicitude penal. Exclusão.
  - c) Crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural.
- 7.
- a) Imputabilidade penal. Causas de exclusão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
  - b) Aplicação da pena.
  - c) Crimes de lavagem de dinheiro.
- 8.
- a) Interpretação e aplicação da lei penal. Concurso aparente de normas.
  - b) Eficácia da sentença estrangeira, extradição e entrega.
  - c) Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra o sistema financeiro.
- 9.
- a) Culpabilidade penal. Causas de exclusão.
  - b) Tentativa e consumação. Crime impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
  - c) Crimes contra a ordem tributária. Crimes praticados no âmbito da previdência.
- 10.
- a) Crime: classificação. Crimes hediondos.
  - b) Crimes contra a honra no Código Penal e na Lei de Imprensa.
  - c) Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas que causem dependência física ou psíquica e de substâncias entorpecentes.
- 11.
- a) Concurso de pessoas.
  - b) Crimes contra a liberdade pessoal.
  - c) Crimes contra a propriedade intelectual.
- 12.
- a) Concurso material, formal e continuidade delitiva.
  - b) Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.
  - c) Crimes contra a ordem econômica e contra as relações de consumo.
- 13.
- a) O erro no Direito Penal, suas espécies e conseqüências.
  - b) Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo e da extorsão, do dano.
  - c) Crimes contra o sistema financeiro.
- 14.
- a) Pena: fins e espécies.
  - b) Crimes contra o patrimônio: esbulho possessório, apropriação indébita e receptação.
  - c) Genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Estatuto de Roma).
- 15.
- a) Penas privativas de liberdade.
  - b) Crimes contra o patrimônio: estelionato e outras fraudes do art. 171; fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.
  - c) Crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência. Crimes contra os índios. Crimes contra os idosos.
- 16.
- a) Pena de multa.

- b) Crimes de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores; do lenocínio e do tráfico de pessoas.
  - c) Crimes de responsabilidade (Lei nº 1079/50 e Decreto-lei nº 201/67).
- 17.
- a) Penas pecuniárias.
  - b) Aplicação da pena.
  - c) Crimes contra o estado de filiação e a assistência familiar. Tutela penal da criança e do adolescente.
- 18.
- a) Suspensão condicional da execução da pena. Livramento condicional.
  - b) Crimes nas licitações públicas.
  - c) Crimes de perigo comum, contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Crimes de arma de fogo.
- 19.
- a) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitacão da vida e da saúde.
  - b) Crimes contra a fé pública: falsidade documental e outras falsidades.
  - c) Crimes políticos. Crimes militares.
- 20.
- a) Crimes contra a saúde pública.
  - b) Crimes contra a paz pública. Lei nº 9.034, de 3/05/95.
  - c) Crimes contra a organização do trabalho.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1.
- a) Processo Penal: princípios. O processo penal na dimensão dos direitos fundamentais.
  - b) Prova documental.
  - c) Apelação.
- 2.
- a) Sistemas processuais.
  - b) Prova testemunhal. Reconhecimentos de pessoas e coisas. Acareação.
  - c) O Pacto de São José e o seu impacto no processo penal brasileiro.
- 3.
- a) Ação penal: princípios.
  - b) Indícios.
  - c) Embargos de declaração, infringentes e de divergência.
- 4.
- a) Inquérito policial.
  - b) Busca e apreensão. Interceptação das comunicações.
  - c) Revisão criminal.
- 5.
- a) Ação penal: espécies.
  - b) Assistência no processo penal.
  - c) Sigilo bancário e sigilo fiscal.
- 6.
- a) Arquivamento do inquérito.
  - b) O acusado e seu defensor.
  - c) O Ministério Público e o Juiz no processo penal.
- 7.
- a) Efeitos civis da sentença condenatória.
  - b) Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes.

- c) Cartas precatória, rogatória e de ordem.
- 8.
  - a) Perdão, renúncia, perempção, decadência e prescrição.
  - b) Prisão.
  - c) *Habeas corpus*. Mandado de segurança em matéria penal.
- 9.
  - a) Organização judiciária penal.
  - b) Liberdade provisória com e sem fiança.
  - c) Execução das penas privativas de liberdade. Indulto, graça e anistia.
- 10.
  - a) Jurisdição e competência.
  - b) Citação, notificação e intimação.
  - c) Provas ilícitas.
- 11.
  - a) Lei de execução penal. Participação do Ministério Público no Conselho Penitenciário.
  - b) Sentença.
  - c) Execução da pena de multa.
- 12.
  - a) Competência da Justiça Federal.
  - b) Procedimentos comum, sumário e especiais.
  - c) Execução das penas restritivas de direito.
- 13.
  - a) Questões prejudiciais. Exceções. Conflitos.
  - b) Recursos: princípios e espécies.
  - c) Juizados Especiais Criminais.
- 14.
  - a) Medidas acautelatórias.
  - b) Procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri.
  - c) Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cooperação internacional na investigação de crimes.
- 15.
  - a) Proteção especial a vítimas e testemunhas.
  - b) Transação.
  - c) Denúncia. Queixa. Alegações finais. Libelo.
- 16.
  - a) Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens.
  - b) Arquivamento do inquérito policial.
  - c) Atos processuais: lugar, forma de realização, prazos e sanções.
- 17.
  - a) Medidas assecuratórias.
  - b) Ação penal originária.
  - c) Proteção aos réus colaboradores.
- 18.
  - a) Incidentes: de falsidade; de insanidade mental do acusado.
  - b) Nulidades.
  - c) Procedimento relativo aos crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/50 e Decreto-lei nº 201/67).
- 19.
  - a) Prova: princípios gerais. Prova pericial.
  - b) Recursos especial, extraordinário, ordinário constitucional.

- c) Suspensão condicional do processo.
- 20.
- a) Interrogatório do acusado, confissão, perguntas ao ofendido.
  - b) Recurso em sentido estrito. Agravos. Correição parcial.
  - c) Procedimento relativo aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas que causem dependência física ou psíquica e de substâncias entorpecentes.